



Revista Portuguesa de Estudos
Regionais

E-ISSN: 1645-586X

rper.geral@gmail.com

Associação Portuguesa para o
Desenvolvimento Regional
Portugal

do Carmo, Renato Miguel; Cachado, Rita; Ferreira, Daniela
Desigualdades em Tempos de Crise: Vulnerabilidades Habitacionais e
Socioeconómicas na Área Metropolitana de Lisboa
Revista Portuguesa de Estudos Regionais, núm. 40, 2015, pp. 5-22
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
Angra do Heroísmo, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514351600001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desigualdades em Tempos de Crise: Vulnerabilidades Habitacionais e Socioeconómicas na Área Metropolitana de Lisboa¹

Inequalities in Times of Crisis: Housing and Socio-economic Vulnerabilities in Lisbon Metropolitan Area

Renato Miguel do Carmo

renato.miguel.carmo@gmail.com; renato.carmo@iscte.pt
CIES-IUL

Rita Cachado

rita.cachado@iscte.pt
CIES-IUL

Daniela Ferreira

daniela.alexandra.ferreira@iscte.pt
CIES-IUL

Resumo/Abstract

Este artigo pretende analisar a relação entre as diferentes componentes das desigualdades de recursos, com especial enfoque para as condições de habitabilidade e a autonomia financeira, e o seu impacto nas vulnerabilidades sociais, que tendem a agravar-se nos atuais tempos de crise económico-financeira. Através dos dados de um inquérito por questionário, realizado a 1500 residentes na AML, o estudo estabelecerá uma comparação entre diferentes contextos socio-territoriais, tendo como referência uma tipologia utilizada para a estratificação da amostra. Os resultados do estudo identificam as várias dimensões da relação referida e apresentam um modelo estatístico que incorpora as variáveis em análise.

Palavras chave: Desigualdades, vulnerabilidades habitacionais, vulnerabilidades sociais, crise económico-financeira, território

Códigos JEL: D63, R20

This article analyses the relationship between the different components of resource inequalities, with a special focus on housing and financial autonomy, as well as their contribution towards the emergence of vulnerabilities which are being aggravated in the context of the actual economic and financial crisis. Using the data set obtained through a survey conducted with 1500 residents of LMA, the study establishes a comparison between different spatial contexts. The results of the study identify a relationship between inequalities and financial and housing vulnerabilities, and present a statistical model which incorporates the various analysis dimensions.

Keywords: Inequalities, housing vulnerabilities, social vulnerabilities, economic and financial crisis, territory

JEL Codes: D63, R20

¹ Este artigo insere-se no projeto de investigação LocalWays “Trajetos de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade” (PTDC/ATP-EUR/5023/2012), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos alguns estudos têm-se debruçado sobre a composição e a persistência das desigualdades sociais em Portugal. A maior parte destes abordou a desigual distribuição dos diversos recursos (rendimento, qualificações...) na população Portuguesa. Além disso, também se aprofundaram novas perspectivas relacionais entre diferentes fenómenos sociais que estão direta ou indiretamente interligados, por exemplo, a associação entre as desigualdades e outras formas de vulnerabilidade como a pobreza, o desemprego ou a precariedade. Estas análises têm chamado a atenção para o carácter multidimensional e relacional das desigualdades, salientando a necessidade de não se reduzir a análise a um único tipo de indicadores (Costa, 2011; Rodrigues *et al*, 2012; Stiglitz, 2012).

É nesta linha de problematização científica que se enquadra o presente artigo. Na verdade, o nosso objetivo é precisamente o de relacionar as desigualdades com formas diferenciadas de vulnerabilidade que normalmente não são consideradas, como é o caso dos problemas de habitabilidade e a sua interdependência com a dificuldade das pessoas em fazer face a despesas. Estas fragilidades não só têm aumentado com o prolongar da atual crise económico-financeira, como representam as dimensões mais básicas para a manutenção de uma vida social condigna e estável. É sabido que as dificuldades económicas têm atingido muitos agregados familiares, tanto no que diz respeito à redução do rendimento disponível das famílias, como no aumento do desemprego ou da precariedade laboral. Estas e outras dificuldades aumentaram o tipo de carências que atingem cada vez mais as condições básicas de habitabilidade e de autonomia financeira dos agregados familiares. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo descortinar a associação entre diferentes componentes das desigualdades de recursos (habitação, escolaridade, classe social, despesas, etc.), percebendo, desta maneira, como se gera um conjunto de vulnerabilidades cumulativas e tendencialmente sistémicas, que tenderão a agravar-se no contexto da atual crise económico-financeira.

Os dados que iremos apresentar resultam de um projeto sobre a Área Metropolitana de Lisboa (AML), no âmbito do qual se aplicou um inquérito por questionário a 1500 residentes. Referimo-nos ao projeto *Localways* - Trajetos

de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade (PTDC/ATP-EUR/5023/2012).

Por este motivo, o estudo contemplará uma base territorial de análise, a partir da qual se estabelecerá uma comparação entre diferentes contextos espaciais territoriais, tendo como referência uma tipologia utilizada para a estratificação da amostra, que será devidamente caracterizada na secção correspondente à metodologia.

Este artigo compõe-se em quatro partes. Na primeira debater-se-á teoricamente o problema das desigualdades sociais e a sua relação com a questão da habitação, incidindo-se sobre os territórios da AML. Posteriormente, enquadrar-se-ão as questões metodológicas no que diz respeito à construção da amostra e dos instrumentos de inquirição. Na terceira parte, apresentar-se-ão os resultados do inquérito relativos à avaliação dos indivíduos sobre o seu local de residência e a identificação dos problemas fundamentais de habitabilidade do alojamento. Na última abordar-se-á a relação entre desigualdades e vulnerabilidades financeiras e habitacionais, e desenvolver-se-á um modelo estatístico que incorpora as várias dimensões em análise.

2. DESIGUALDADES DE RECURSOS E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA AML

As desigualdades detêm um carácter multidimensional. A este respeito, a tipologia de Therborn (2006) estabelece uma distinção entre *desigualdades de recursos*, *desigualdades existenciais* e *desigualdades vitais*. Estas últimas representam desigualdades perante a vida, a morte e a saúde; as desigualdades existenciais remetem para o desigual reconhecimento dos indivíduos humanos enquanto pessoas; as desigualdades de recursos significam a desigual distribuição dos recursos, como o rendimento, a riqueza, a escolaridade, etc. (cf. Costa, 2012: 21-24). Neste artigo iremos debruçar-nos sobre diferentes tipos de desigualdades de recursos, nas quais se encaixam as desigualdades de acesso à habitação e à qualidade das condições de habitabilidade. Como veremos, estas variam em função da situação de classe e são interdependentes de outras formas de vulnerabilidade, designadamente, das dificuldades económicas em

assegurar um conjunto de despesas e pagamentos.

A distribuição do rendimento representa uma dimensão incontornável na análise das desigualdades de recursos (OCDE, 2011; Piketty, 2014). São conhecidos os rácios e os coeficientes que medem as disparidades de rendimento entre os mais ricos e mais pobres, medindo a amplitude das assimetrias entre porções de rendimentos detidos pelos percentis ou quantis de topo face aos da base da distribuição (Cantante, 2014). Estes indicadores têm sido trabalhados a partir de bases de dados resultantes da aplicação de inquéritos por questionário a uma amostra da população, da qual se estimam resultados para um determinado universo populacional (por exemplo, EU-SILC: *Survey on Income and Living Conditions*); ou pelo registo administrativo, cujos dados se referem normalmente ao universo: por exemplo, os dados fiscais acerca do rendimento (Milanovic, 2011).

No inquérito por questionário que aplicámos aos residentes da AML não inquirimos diretamente sobre posse ou fontes de rendimento, já que estas não constituíam objetivo primordial da temática do projeto de investigação. Todavia, incluíram-se algumas questões que identificam direta ou indiretamente problemas de ordem financeira e económica. A este respeito, tentou-se pela via das despesas perceber qual o grau de vulnerabilidade face à capacidade de pagar ou não uma dada quantia. Por outro lado, alargou-se a noção de desigualdade de recursos a outras componentes que habitualmente não são previstas pelas análises de rendimentos. Referimo-nos ao problemas decorrentes das condições de habitabilidade que, do nosso ponto de vista, são fundamentais para se compreender melhor a dimensão da vulnerabilidade social que atinge, neste caso, os residentes da AML.

Neste sentido, por intermédio da análise destas variáveis, pretendemos perceber em que medida as desigualdades perante as condições de habitabilidade e a capacidade de fazer face às despesas se relacionam com outras dimensões das desigualdades de recursos, designadamente a posição de classe, o nível de escolaridade e a situação perante o emprego. Esta análise torna-se ainda mais pertinente pelo facto de coincidir com o momento da crise económico-financeira que afeta grande parte da população portuguesa há vários anos.

As desigualdades detêm um carácter sistémico e relacional no que diz respeito às causas e aos seus efeitos. São vários os estudos, publicados recentemente, que tentam comprovar estatisticamente esta ideia. A obra de autoria de Wilkinson e Pikett (2010) sublinha precisamente esse carácter sistémico, ao relacionar a distribuição desigual dos rendimentos não só com variáveis correspondentes a outros recursos mas, inclusivamente, com outras dimensões relacionadas com as desigualdades vitais ou existenciais. A análise que desenvolveremos neste artigo é menos ampla e bem mais modesta, na medida em que se pretende captar esse carácter sistémico, mas circunscrito às desigualdades de recursos.

O conceito de classe social tem sido muito discutido nas ciências sociais não só entre perspetivas teóricas, como entre distintas maneiras de operacionalização. São conhecidas as discussões acérrimas entre as correntes (neo)marxistas e (neo)weberianas que apontam para diferentes componentes das desigualdades. Por exemplo, a primeira enfatiza a importância de determinados recursos económicos, como é o caso da detenção dos meios de produção; enquanto a segunda chama a atenção para outros recursos não económicos (nomeadamente, culturais) e para a estipulação de diferentes estatutos e posições sociais².

Em Portugal, vários estudos têm abordado a composição e recomposição das classes sociais utilizando diferentes inspirações teóricas e modelos analíticos. No que diz respeito à proposta operacional de uma dada tipologia de classes, destacamos a abordagem desenvolvida pela equipa de sociólogos do ISCTE-IUL, que há várias décadas tem vindo a utilizar um indicador socioprofissional que resulta da articulação entre a nomenclatura das profissões usada pelo INE e a situação na profissão.

Esta tipologia é composta pelos seguintes lugares de classe: *Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais* (EDL), são os empregadores e/ou os dirigentes das empresas e da administração pública (enquanto empregadores podem ser recrutados de qualquer um dos grupos da nomenclatura de profissões), mais os profissionais que exercem profissões qualificadas e especializadas por conta própria; *Profissionais Técnicos e de Enquadramento* (PTE), exercem a sua atividade por conta de outrem em profissões intelectuais, científicas e técnicas.

² Para o aprofundamento desta leitura ver Carmo (2013).

cas de nível superior ou intermédio; *Trabalhadores Independentes* (TI), exercem atividade por conta própria, sem empregados, em profissões administrativas e similares nos serviços e no comércio, compreendem os artífices e trabalhadores similares, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; *Empregados Executantes* (EE), são trabalhadores por conta de outrem respeitante ao pessoal administrativo e similares, e pessoal dos serviços e vendedores; *Operários* (O), são trabalhadores manuais por conta de outrem nas profissões mais desqualificadas da construção, indústria e transportes, agricultura e pescas.

A tipologia em causa tem sido testada por diversos autores que vêm trabalhando sobre as mais variadas temáticas, utilizando diferentes inquéritos e bases de dados. A elasticidade operacional demonstrada pelo seu uso adequa-se às mais distintas escalas territoriais: europeia (Carmo e Nunes, 2013; Almeida, 2013; Costa *et al.* 2009), nacional (Machado e Costa, 1998), concelhia (Carmo e Santos, 2014), mas também à escala de um bairro de Lisboa (Costa, 1999). Aliás, é neste último estudo que a tipologia conhece uma das suas análises mais pormenorizadas e inovadoras.

Uma das novidades do presente artigo passa pela operacionalização deste indicador à escala da AML. Por seu intermédio iremos tentar medir até que ponto as desigualdades se inter-relacionam com a vulnerabilidade das condições de habitabilidade e as dificuldades económico-financeiras.

Desde o célebre livro de Engels (1984 [1887]) sobre a questão da habitação na cidade industrial do século XIX, e ainda com a obra, contemporânea daquela, de Booth (v. Spicker, 1990) sobre o mapeamento da pobreza, que se estabeleceu uma relação analítica entre as desigualdades sociais, designadamente as desigualdades de classe, e o acesso ou o direito à habitação condigna como um mínimo de qualidade. Aliás, o acesso à habitação representa um pressuposto básico do direito à cidade, seguindo a conceção de Lefebvre (1968) e de Castells (1973), com que concordamos. Muitos dos mais célebres trabalhos que contribuíram para solidificar o vasto campo interdisciplinar dos estudos urbanos têm de resto por base empírica os contextos habitacionais dos urbanitas. Salientamos o caso de Gans (1968) sobre segregação e planeamento urbano, de Suttles (1968) sobre a ordem social em bairros degradados e de Hannerz (1969) que,

sendo um autor central para a análise das cidades, desenvolveu o seu trabalho sobre os estilos de vida em bairros segregados. Além destes, destacamos Bourdieu que, sendo essencial para outros campos da sociologia, analisou a questão da habitação (Bourdieu e Christin 1990). Importa notar ainda que a relação analítica entre cidade e habitação é classicamente justificada no crescimento das cidades associado ao crescimento das populações em situações de acentuada diferenciação social (Wirth, 1997 [1938]).

No contexto português em geral, há um conjunto de autores que trabalharam concretamente, em bairros e muitas vezes alargando a discussão a um nível macro, a relação entre desigualdade e habitação. Desde logo, a produção relevante dos anos 90, donde se salienta o trabalho de Guerra (1994, 1997, 1998, 2001). A autora vê a habitação como um dos elementos que melhor refletem as desigualdades sociais. Contudo, esse enfoque é dado consoante a corrente de pensamento e, por isso, é defendido que o conceito de habitação pode ser abordado sob diferentes perspetivas, tornando-se multidisciplinar. Para além disso, faz uma abordagem às políticas de habitação em Portugal do ponto de vista de uma execução que deve levar em conta não só as necessidades do estado e do sector privado, mas que dialogue fortemente com as populações visadas. Também o trabalho de Freitas tem lugar de destaque na mesma década (Freitas 1990, 1994, 2001). Estas referências vão desde abordagens macro às questões do realojamento, a abordagens centradas na experiência concreta num realojamento, possibilitando uma perspetiva que, à semelhança de Guerra, traz uma visão não só teórica como prática à sociologia da habitação. Os realojamentos em massa verificados em Portugal no final dos anos 90 são os grandes motivadores destas reflexões. Porém, não devem ser esquecidos no campo da habitação associada às desigualdades outros pares colaboradores, como Ferreira (1988, 1994), Gros (1994, 1998), ambos determinantes para a história da habitação social no país, e Baptista (1999, 2001). Mais recentemente deve ser colocado em evidência o contributo da equipa de sociologia da Universidade do Porto neste domínio (Pinto, 2012; Pereira e Queirós, 2012, Queirós, 2013) e de alguns trabalhos que, embora isolados, têm contribuído para recuperar a temática com a questão do realojamento em habitação social (Cachado

2012, 2013; Ascensão, 2013) e além dela, como o papel da habitação na mudança social ao longo da vida (Nico, 2014).

Relativamente aos estudos realizados sobre a questão da habitação na AML é importante fazer uma resenha mais pormenorizada. Com múltiplas opções de abordagem, escolhemos uma que procura sintetizar a questão da habitação no sentido de a relacionar com as questões da desigualdade. De facto, sendo a habitação um direito central dos cidadãos (à semelhança da saúde e da educação), esta ligação é inerente e a análise, neste artigo, do cruzamento entre as dimensões da habitação e das desigualdades sociais é uma tautologia. Neste sentido, as políticas de habitação são naturalmente centrais para perceber a questão da habitação na AML (Ferreira, 1988, Gros, 1994, Baptista, 1999). Na década de noventa desenvolveu-se em Portugal uma linha de estudos importante e, por vezes, não devidamente valorizada, no LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), com a colaboração de cientistas sociais. Salientamos, a este respeito, Soczka (1988), Freitas (1990), e Maia *et al* (1992). Ao mesmo tempo, a academia produzia trabalhos sobre núcleos residenciais na AML em várias universidades, onde a maior preocupação eram os bairros degradados, clandestinos. É interessante notar que, tanto no caso do LNEC como no caso da sociologia e dos estudos urbanos, os académicos dedicados a este tema pelo menos no contexto da AML estiveram muitos deles ligados a projetos no terreno, sobretudo através de gabinetes municipais de apoio à habitação.

Quando olhamos mais especificamente para as questões da promoção imobiliária, de cariz social ou não, raramente são analisadas sem refletir sobre as opções legislativas e processuais entre o mercado e a intervenção pública. No campo da sociologia, destacamos o trabalho de Silva (1994), e de Baptista (1999). A questão mais concreta do acesso à habitação relacionado com as classes sociais foi em Portugal abordada por Pereira (1994), entre outros, que ao estudar os pátios e vilas de Lisboa ilustra esta relação entre classes sociais mais desfavorecidas e determinados tipos de habitação (Carvalho, 2013). Este tema foi de resto explorado de diferentes maneiras a propósito do crescimento de uma sociologia da habitação, nos anos 80 e 90 (Almeida, 1994). Nessa altura, debatiam-se as condições de vida dos moradores em conjuntos residenciais degradados. O assunto estava na ordem do dia por via

do forte crescimento da AML, relacionado não só com as migrações internas da população com graves carências económicas e que foram construir as suas casas em nascentes bairros de *barracas* a partir dos anos 50, como também associado às migrações providas de países africanos. Mas o crescimento da AML em termos habitacionais não se fez apenas pela via da habitação precária; pelo contrário, a maior parte do crescimento habitacional deve-se às migrações internas e externas das chamadas classes médias (Fonseca 1990), que compraram e alugaram casas massivamente em toda a AML naquilo a que hoje comumente se chama processo de suburbanização (v.e.g. Nunes, 2011).

Há ainda um aspeto que não deve ser ignorado tendo em conta o nosso propósito de análise cruzada entre condições de habitação e desigualdades sociais. É que a habitação social³ em Portugal tem uma história muito marcada pelo Programa Especial de Realojamento (PER), legislado em 1993 e implementado nos 20 anos que se lhe seguiram. O PER nasceu de uma necessidade político-social urgente ou, nas palavras da introdução do Decreto Lei 163/93 de 7 de Maio, que descreve o seu objetivo central, o PER visa "a erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social." Uma urgência que olhou pouco para as condições reais dos bairros inscritos no programa e mais para a vertente política da transformação dos territórios degradados, isto é, imperou o estigma de que as populações residentes nestes bairros viviam um estilo de vida associado à pobreza. Este apriorismo resultou não só da falta de estudos concretos sobre condições de vida nos bairros chamados de barracas, como também de um discurso de política da pobreza, ou a pobreza como mote político, assinalado na altura por exemplo por Guerra (1994).

Este panorama da habitação, fortemente marcado pelas políticas de habitação social, deve servir de acatamento na análise cruzada entre habitação e desigualdades que pretendemos fazer neste artigo. Ou seja, embora este-

³ Não queremos aqui discutir a adequação ou não da expressão *política de habitação social* ou da alternativa mais vezes apresentada, *política social de habitação*. Defendemos contudo que não se deve esquecer a utilidade da expressão *habitação social*. De resto, concordamos com Luís Baptista quando diz que "A constituição de um 'campo social' (P.Bourdieu) em torno da defesa e afirmação do 'direito à habitação' leva a que se desenvolva um universo morfológico e social de referência a este propósito, que poderemos designar genericamente como 'habitação social' (Baptista 1999, 8-9).

jamos em presença de duas dimensões que do nosso ponto de vista lucram em ser compreendidas em conjunto, não concordamos com uma perspetiva que reforce o discurso sobre uma cultura da pobreza.

Antes de se avançar para a análise que parte dos nossos dados empíricos, é importante apresentar alguns dados inventariados pelo Instituto Nacional de Estatística sobre a composição e a evolução do parque habitacional (INE, 2013), tanto ao nível do país como da região de Lisboa, desde o início dos anos 2000. Este levantamento pretende enquadrar a reconfiguração das dinâmicas ocorridas no sector nestes últimos anos, tendo como especial enfoque o período mais recente que coincide com o aprofundamento da crise económico-financeira.

Não cabendo aqui uma análise crítica da situação de decréscimo na construção de habitação no atual contexto de crise, importa contudo notar que a sua desaceleração é, *per se*, positiva para o contexto português, onde se verificava uma desproporção acentuada entre as necessidades habitacionais e o parque habitacional. Esta situação é denunciada desde a década de 1960 (Pereira, 1963) e recentemente confirmada, por exemplo, pelo INE em 2012. Apesar de continuarem a verificar-se necessidades habitacionais, não tem havido políticas assertivas de compensação do desajuste entre parque existente e necessidades sociais de habitação⁴ (v. a este respeito, Miranda e Babo, 2012). Como poderemos verificar, tendo por base o estudo do INE (2014a), onde foi feita uma estimativa para o ano 2013, neste período é visível o impacto que a crise teve na inversão de algumas tendências a partir de 2008. Portugal obteve em 2013 uma taxa de crescimento inferior à dos anos anteriores, situando-se nos 0,3%. Analisando esta questão de forma mais pormenorizada, verifica-se que este decréscimo se deu a partir de 2008 e que as taxas de crescimento têm vindo a diminuir desde então. Antes de 2008, a tendência era inversa, uma vez que a taxa anual média aumentou 1% até ao ano referido. Traduzindo esta informação, Portugal continental obteve, desde 2001 até 2013, 396 mil edifícios, verificando-se um crescimento de 12,4%. Quanto aos alojamen-

tos, o número aumentou em 567 mil alojamentos (10,6% de crescimento).

No que diz respeito às obras concluídas, Portugal teve um decréscimo de 11% em relação ao ano de 2012. Já as obras com fins de reabilitação tiveram um aumento de 26,8% em 2012 para 29,1% em 2013, a que não são alheias as, ainda que poucas, políticas de promoção da reabilitação urbana.

No mesmo sentido, relativamente às obras licenciadas, a tendência é decrescente desde 2008 até 2013, sendo que no último ano referido diminuiu cerca de 22,7% em relação ao ano de 2012. À semelhança do que se passa com a conclusão de construções novas (72,3% em 2008 e 58,2% em 2013) e com as obras de reabilitação (34,5% do total de licenciamentos em 2013), também os licenciamentos de construções novas têm vindo a diminuir, ao passo que os licenciamentos de obras de reabilitação têm vindo a aumentar (dentro das obras de reabilitação, teve maior importância as obras de ampliação que em 2008 o seu peso relativo era de 14,6% e em 2013 aumentou para 24,0%).

Se é verdade que, analisando os valores totais, as obras de reabilitação tenham diminuído de 2008 para 2013, verifica-se um aumento do peso relativo na realização destas obras no mesmo período (20,4% em 2008 e 29,1% em 2013). Convém ainda referir que, do total das obras de reabilitação realizadas em 2013, 64,9% foram realizadas em habitações familiares. Esta percentagem em 2008 era mais elevada, correspondendo a 70,8%.

Focando-nos na região de Lisboa, observa-se que esta, juntamente com os Açores, foi das únicas regiões em que o crescimento da construção foi superior à média nacional, tendo um crescimento de 14,3% para os edifícios e 14,6% para os alojamentos. Porém, a região de Lisboa foi a aquela que obteve igualmente um maior decréscimo do seu número de edifícios concluídos no ano de 2013 (-50,6%).

A região de Lisboa possuía em 2013 12,6% do total dos edifícios do país e 25% dos alojamentos. Relativamente ao número médio de habitantes por alojamento, verifica-se que a região de Lisboa possuía 2,1 em 2001 e passou em 2013 para 1,9. Verifica-se portanto um decréscimo. Quanto ao número médio de alojamentos por edifício, constata-se que a região de Lisboa é aquela que possuiu valores mais elevados a esse respeito. Tinha em 2001 um valor de 3,31 e em 2013 estimou-se uma ligei-

⁴ Há contudo um esforço de resolução desta problemática num documento intitulado Plano Estratégico da Habitação (disponível em http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano_estrategico/documentos_plano_estrategico_habitacao.html), que tem servido de base a algumas políticas ad-hoc neste contexto.

ra diminuição, passando para 3,30. Finalmente, no que diz respeito às obras licenciadas, a região de Lisboa foi a que registou um decréscimo mais acentuado em 2013. Isto traduz-se em 6,0% em 2013 para 13,0% em 2012, dentro da proporção de edifícios licenciados na região em questão.

Este enquadramento teórico pretendeu deter a amplitude necessária para cruzar diferentes perspetivas e preocupações analíticas que continuam relativamente afastadas e que convinha aproximar e articular. Obviamente que não iremos aprofundar empiricamente todos os pontos que foram teoricamente desenvolvidos; de qualquer modo, consideramos que seria importante encetar e aprofundar este diálogo de forma a estabelecer uma plataforma analítica comum que conjugue os estudos urbanos e dos territórios, a problemática das desigualdades sociais e a temática do acesso à habitação condigna e com condições.

3. METODOLOGIA: INQUÉRITO, TIPOLOGIA TERRITORIAL E AMOSTRA

No âmbito do projeto projeto intitulado *Trajetos de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade*, foi aplicado um inquérito por questionário dirigido à população residente na Área Metropolitana de Lisboa (AML). O seu principal objetivo foi aferir as múltiplas formas de desigualdade social, as práticas de mobilidade, as rotinas diárias e as formas de participação cívica da população. Para tal construiu-se um guião de questionário que contemplou um conjunto amplo de dimensões de inquirição: caracterização socioeconómica e profissional; mobilidade geográfica e residencial ao longo da vida, mobilidade quotidiana; prestação de apoios familiares; nível de confiança interpessoal e institucional; práticas de ação coletiva e participação associativa; condições de habitabilidade; despesas e problemas financeiros.

Tendo em conta a elevada dimensão do universo estatístico a tratar, surgiu a necessidade de se elaborar uma amostra representativa. Esta foi realizada a 1500 residentes na AML com idade igual ou superior a 18 anos de idade, abrangendo um total de 75 freguesias. A distribuição das freguesias fez-se com base numa tipologia territorial entretanto criada.

A elaboração da tipologia territorial para a AML advém da realização de uma análise de componentes principais (ACP) onde foram encontradas 4 dimensões que constituem os elementos chave para a diferenciação socio-territorial da AML e que explicam 78,5% da variância⁵. A primeira diz respeito ao *envelhecimento e consolidação urbana*. A segunda traduz variáveis relacionadas com *qualificação*. A terceira componente é constituída por variáveis que caracterizam o *despovoamento e desqualificação*. A quarta dimensão, intitulada de *renovação*, consiste sobretudo em variáveis relacionadas com o crescimento e ocupações recentes.

Posteriormente, realizou-se uma análise de *clusters*, através dos *scores* da ACP, tendo por base as dimensões identificadas anteriormente, através da qual se formaram 4 *clusters* que deram assim origem a 4 perfis territoriais (ver quadro nº2): *suburbano massificado*; *urbano qualificado*; *Rural, suburbano recente ou desqualificado*; *urbano antigo e em renovação*. De seguida far-se-á uma breve descrição de cada perfil que constitui a tipologia em causa:

a) *Sub/urbano massificado* é composto por 78 freguesias urbanas e suburbanas (correspondente a 58% da população da AML) que apesar de relacionarem negativamente com a qualificação também se definem por uma associação negativa ao despovoamento e desqualificação, apresentando um comportamento mais neutro tanto no que diz respeito ao envelhecimento e consolidação como à renovação.

b) *Urbano qualificado* é composto por 48 freguesias urbanas (28% da população residente na AML) associadas positivamente à qualificação e negativamente ao despovoamento e desqualificação. Tem um grande peso do concelho de Lisboa mas também algumas freguesias de Cascais, Oeiras ou Almada, entre outras freguesias sedes de outros concelhos.

c) *Rural, suburbano recente ou desqualificado* (59 freguesias onde residem apenas 11% da população da AML), define-se por um povoamento muito mais escasso que os outros grupos, e desqualificação da população e das

⁵ Esta tipologia foi inicialmente concebida por Sofia Santos no âmbito do seu projeto de doutoramento e posteriormente adaptada e desenvolvida pelo presente projeto de investigação (*Localways* - Trajetos de sustentabilidade local: mobilidade espacial, capital social e desigualdade). Para mais pormenores sobre a construção da tipologia ver: Santos, 2014.

habitações. Apresenta também uma relação negativa com o envelhecimento e consolidação urbanos e um comportamento mais neutro com a renovação, sugerindo alguma dinâmica. Inclui portanto freguesias *rurais*, tanto as mais periféricas como sedes de concelho.

d) *Urbano antigo e em renovação*, corresponde a 26 freguesias *urbanas antigas* e apresenta a maior transformação: sendo definido pela associação ao envelhecimento e consolidação urbana é também um território, ainda que desqualificado, em renovação. Nestas freguesias reside apenas 4% da população da AML, que correspondem predominantemente ao centro histórico de Lisboa.

A amostra foi estratificada tendo por base a tipologia e organizada a partir das seguintes quotas selecionadas (o erro amostral é de 2,5%): idade, escolaridade, género e situação profissional. Isto significou, portanto, que todas as quotas foram utilizadas segundo a sua representatividade em cada território classificado na AML (ver quadro 1). Dentro de cada perfil foram selecionadas aleatoriamente um número proporcional de freguesias. A aplicação do inquérito decorreu segundo o método *random route*: em cada freguesia selecionada foram identificados os “pontos de partida” (moradas) a partir dos quais se iniciou os itinerários de seleção de cada lar.

Quadro 1: Número de freguesias selecionadas.

	G. Lisboa	Península de Setúbal	Total
Rural ou desqualificado	9	11	20
Sub/urbano massificado	21	10	31
Urbano antigo e em renovação	3	0	3
Urbano qualificado	18	3	21
Total	51	24	75

Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

4. AVALIAÇÃO DO LOCAL DE RESIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

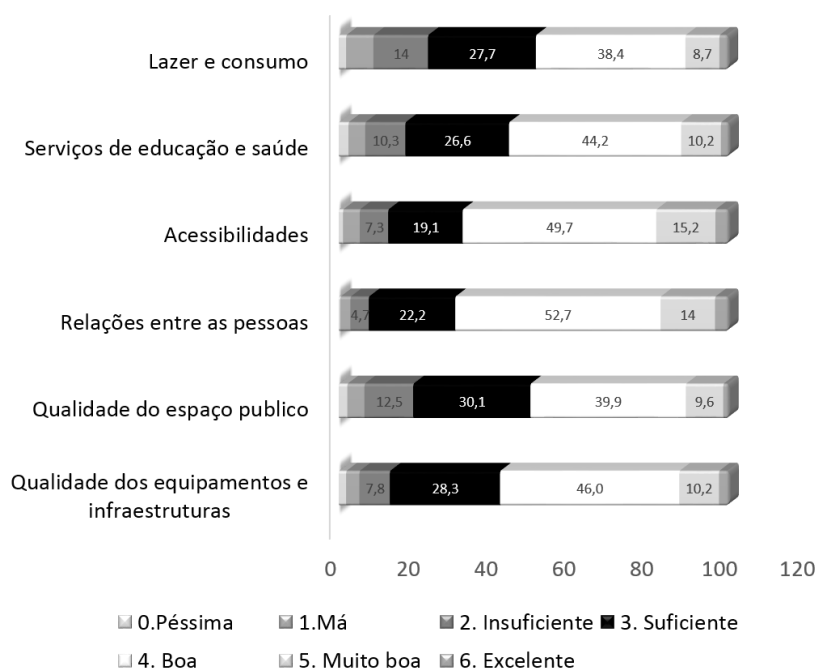
Nesta seção e na seguinte iremos apresentar a análise dos dados decorrentes dos resultados do inquérito aplicado aos residentes da AML. Como se referiu, o âmbito da análise circunscreve-se à relação entre as desigualdades multidimensionais e as distintas condições de habitabilidade. Este objetivo insere-se numa temática mais ampla que foi devidamente enquadrada na parte teórica deste artigo.

Iniciamos a leitura dos dados por focar uma componente mais subjetiva que diz respeito à apreciação sobre o local de residência. A maioria dos inquiridos avalia positivamente o local onde reside: mais de 55% tem uma avaliação positiva ou muito positiva, havendo apenas 10% que se posiciona de forma negativa. Estas percentagens resultam da construção de um índice que agrega uma lista de itens correspondentes a seis questões distintas que compuseram o guião de questionário. Apesar de no geral a apreciação ser bastante positiva, os itens onde se encontra uma menor satisfação refe-

rem-se à ‘qualidade do espaço público’, seguindo-se o ‘lazer e consumo’. Por sua vez, o item melhor avaliado diz respeito às relações entre as pessoas (ver figura 1). Curiosamente, os aspetos relacionados com equipamentos, serviços públicos e acessibilidades apresentam um nível de satisfação considerável. Este dado pode ser indicativo da melhoria geral das infraestruturas que muitos dos espaços metropolitanos conheceram nestas últimas décadas. Na verdade, segundo os resultados deste inquérito, já não são estes os fatores que provocam uma menor satisfação com o local de residência. Sublinhe-se que estamos a referir-nos a médias globais, que pela sua natureza, encobrem na medida estatística os casos de maior insatisfação com os serviços e infraestruturas.

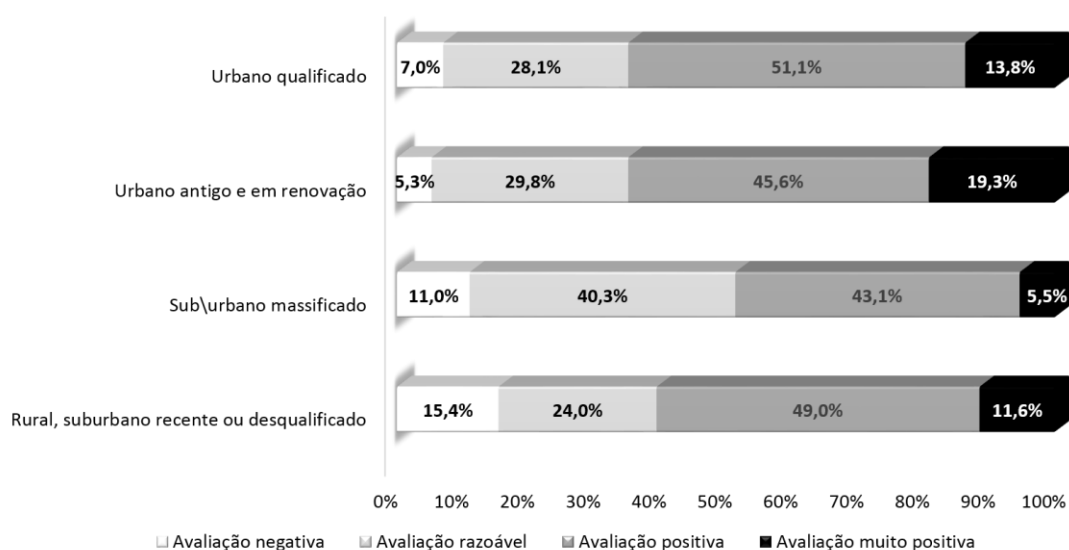
Tendo como referência a tipologia territorial que utilizámos para a construção da amostra, verifica-se que é no designado *suburbano massificado* que se encontra um nível mais baixo de avaliação, por comparação com o *urbano qualificado*, onde se identifica uma maior satisfação com o local de residência (ver figura 2).

Figura 1 – Avaliação do local de residência (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

Figura 2 – Índice de avaliação do local de residência por tipologia territorial (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

Se à escala do local de residência a apreciação é geralmente positiva, o mesmo se pode dizer sobre a identificação de problemas relacionados com as condições de habitabilidade do alojamento. De uma lista de seis problemas bem definidos, 63% dos inquiridos declarou que a sua habitação não detinha nenhum destes. Por seu lado, 15% identificou apenas um e os restantes 22% entre 2 a 6 problemas (ver

figura 3)⁶. Destes, o problema mais referido foi a ‘dificuldade em manter a casa adequa-

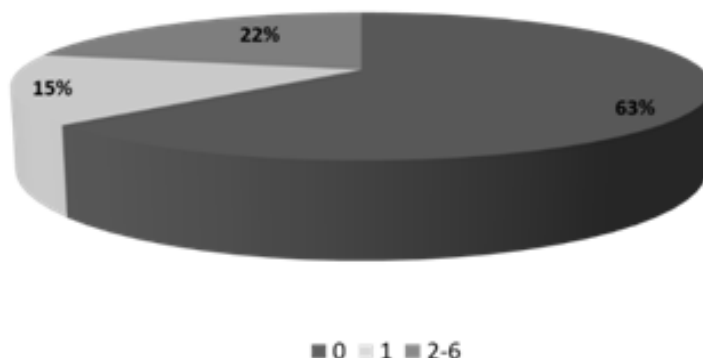
⁶ A lista de problemas era composta por estes itens: teto que deixa passar água; humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente num dia de sol; ruído sentido no alojamento, vindo dos vizinhos ou da rua; poluição, sujidade, mau cheiro ou outros problemas ambientais na zona causados pelo trânsito ou indústrias; dificuldade em manter a casa adequadamente aquecida; problemas frequentes de canalização.

damente aquecida' (20,7%), seguindo-se 'teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho', que afeta 16,1% dos alojamentos, e 'ruído sentido no alojamento, vindo dos vizinhos ou da rua' (14,7%). Apesar de representar uma minoria, não deixa de ser sintomático depreender-se que um quinto dos alojamentos apresentam, segundo os seus residentes, problemas de aquecimento. Estes dados vêm confirmar a noção geral do senso comum sobre alguma má qualidade do nosso parque habitacional que se reflete no facto de muitas casas serem frias e/ou húmidas. Uma das variáveis que mais condicionam o número de problemas identificados no alojamento refere-se ao regime de ocupação (Figura 4). Na verdade, no caso em que a habitação é do próprio ou de um familiar, uma expressiva maioria declara não ter qualquer tipo de problemas (73,7%). Esta percentagem

decrece significativamente para os alojamentos que se encontram em regime de arrendamento ou subarrendamento (45,8%). Embora possa haver aqui um efeito de depreciação relativamente a um património não pertencente ao próprio, não há dúvida que é nas casas arrendadas que se encontram as situações de maior vulnerabilidade habitacional (de referir que em 35,4% são inventariados mais do que um problema). Este dado pode ter também a ver com o envelhecimento de muitos destes alojamentos.

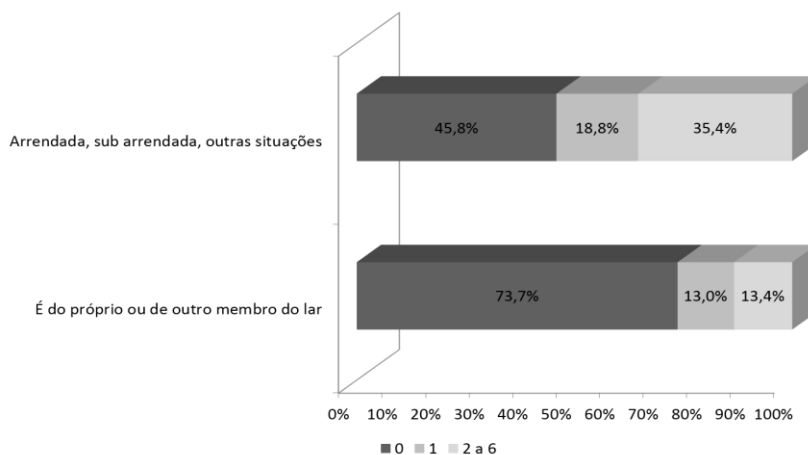
Esta última observação é, de certo modo, comprovada pelo facto de existir uma maior proporção de alojamentos em regime de arrendamento ou subarrendamento nas zonas correspondentes ao *urbano qualificado* (48,9%) e ao *urbano antigo* (61,7%), que representam as freguesias mais urbanas e centrais da AML, sobretudo na área norte do Tejo (figura 5). Isto

Figura 3 – Número total de problemas identificados no alojamento (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

Figura 4 - Número total de problemas no alojamento segundo o regime de ocupação (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012

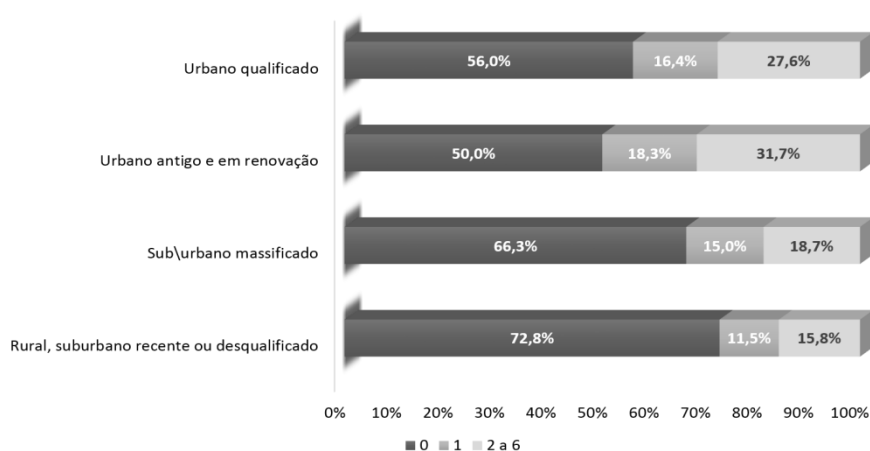
por comparação aos outros territórios onde o regime de arrendamento e subarrendamento é claramente minoritário. Não é portanto de estranhar que seja precisamente nestes dois tipos de território que se encontram as maiores percentagens relativas a problemas identificados no alojamento. Isto é, são áreas onde existe um maior número de alojamentos mais antigos em regime de arrendamento e que, por isso, apresentam maiores debilidades.

Em termos de dimensão, é nos alojamentos mais pequenos que se observa uma maior pro-

porção de problemas: só em 37,5% das habitações com menos de 60 m² de área não se identifica qualquer tipo de problema.

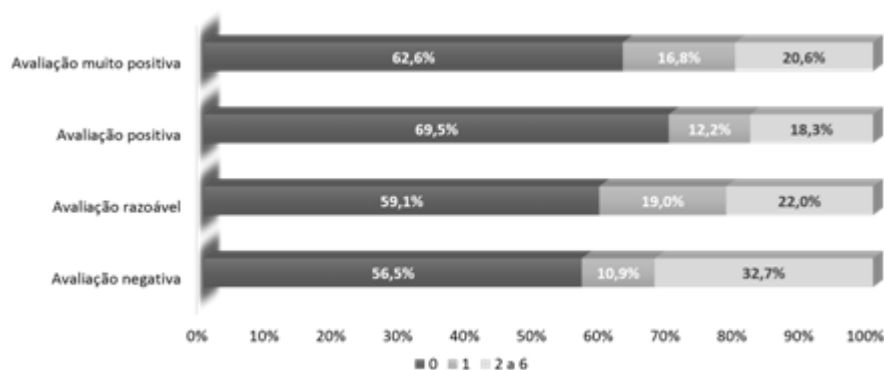
Estabelece-se alguma relação entre a avaliação mais negativa do local de residência e a amplitude dos problemas identificados no alojamento, como se pode verificar na figura 6. Esta relação não é de estranhar, já que as condições de habitabilidade são um pressuposto básico para a satisfação com a qualidade de vida da zona residencial.

Figura 5 - Número total de problemas no alojamento na AML segundo a tipologia territorial (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

Figura 6 - Número total de problemas no alojamento segundo o índice de avaliação do local de residência (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

5. DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES: MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

As condições de habitabilidade não resultam apenas de problemas de ordem física e arquitetónica, estas são também um indicador

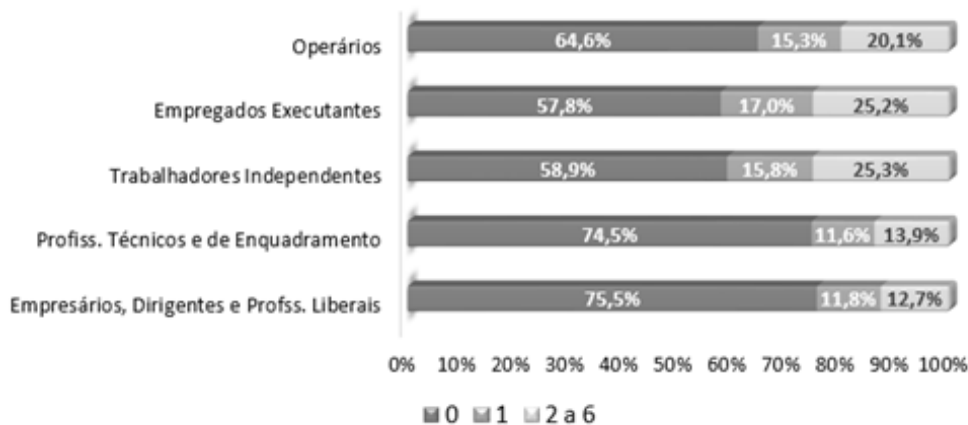
de vulnerabilidade social que afeta com maior incidência os grupos sociais menos favorecidos. Para se medir essa associação é fundamental enquadrar variáveis de carácter socioeconómico que incorporem dimensões de desigualdade. A tipologia de lugares de classe, designada de ACM, é um indicador consoli-

do que já foi testado em inúmeros estudos como referido antes. No âmbito do inquérito realizado à AML, construiu-se esse indicador a partir dos pressupostos metodológicos entretanto consolidados.

A figura 7 revela precisamente uma distinção saliente entre as classes mais favorecidas (EDL e PTE) face às restantes no que diz respeito à identificação de problemas de habitabilidade dos alojamentos. O que significa que o acesso à habitação, assim como a qualidade da

habitação, continuam a ser em parte uma questão de classe, como aliás tem sido defendido por uma série de autores (e.g. Castells 1973, Pereira 1994). Assim, observa-se que apesar do nível geral de satisfação com o local de residência - decorrente da melhoria geral das condições sociais e residenciais que o país e a AML conheceram nestas últimas décadas - persiste, ainda assim, uma desigualdade no conforto e nas condições físicas dos alojamentos, que variam em função da classe social.

Figura 7 - Número total de problemas no alojamento por lugar de classe (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

Como referimos no enquadramento teórico, as desigualdades são por natureza multidimensionais detendo na maior parte das situações um carácter sistémico. Na verdade, apesar de ser possível autonomizar analiticamente uma ou outra dimensão de desigualdade, são raros os casos em que não se depreendem múltiplas relações com diferentes aspetos sociais e culturais. A questão do acesso ou da qualidade da habitação detém uma importância fundamental na vida das pessoas, que não tem sido devidamente estudada pela sociologia das desigualdades sociais. No entanto, não é possível alcançar esse significado identificando apenas uma correlação entre classes e problemas de habitabilidade. Como iremos ver, a vulnerabilidade habitacional não pode ser desligada de outras vulnerabilidades que, infelizmente, se têm agravado com a crise económico-financeira que se abateu sobre a Europa e o nosso país desde há alguns anos.

A incapacidade financeira de pagar uma despesa extra ou de ter pagamentos em atraso são indicadores expressivos e objetivos de vulnerabilidade. Da população inquirida, cerca de 19% declarou deter pagamentos em atraso. Ou

seja, praticamente um quinto encontra-se numa situação eminente de endividamento. Além disso, quase um terço revelou que, face a uma despesa extra de 415 euros⁷, não teria modo de pagar sem recorrer a empréstimo ou ajuda (20% revelou mesmo que não tinha qualquer meio para pagar). Sublinhamos, portanto, que a vulnerabilidade habitacional é acentuada pela vulnerabilidade económica, no sentido em que grande parte das despesas está relacionada com a habitação – renda ou pagamento de empréstimo, consumos de água, gás, eletricidade, redes de televisão, telefone e internet, e ainda algumas despesas extra como a substituição de equipamentos diversos e eletrodomésticos, só para referir uma entre as despesas extras mais comuns.

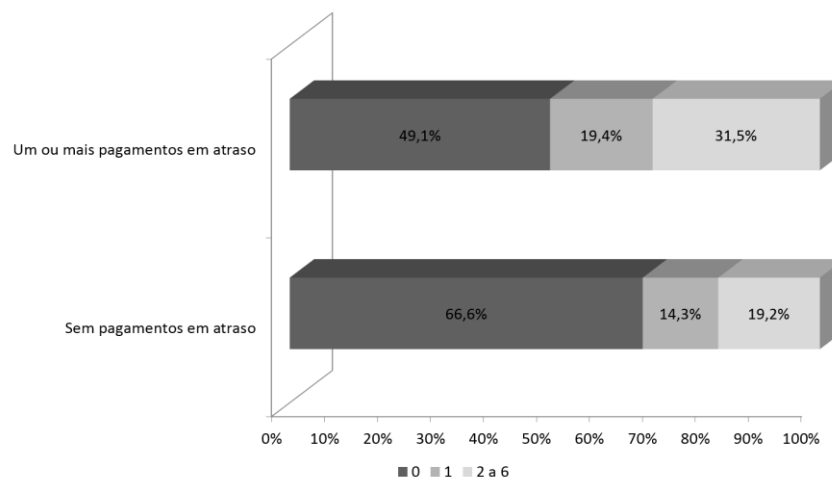
As figuras 8 e 9 são demonstrativas sobre a relação de carácter sistémico entre vulnerabilidades económicas e habitacionais: enquanto mais de dois terços das pessoas que não declararam pagamentos em atraso não identificaram

⁷ Esta quantia corresponde ao valor aproximado da linha de pobreza em Portugal, calculado tendo como referência 60% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente.

qualquer problema no alojamento, esta proporção desce para menos de 50% no caso dos que declararam ter problemas de habitabilidade. A disparidade ainda é mais saliente quando se compara os inquiridos que poderiam pagar ou

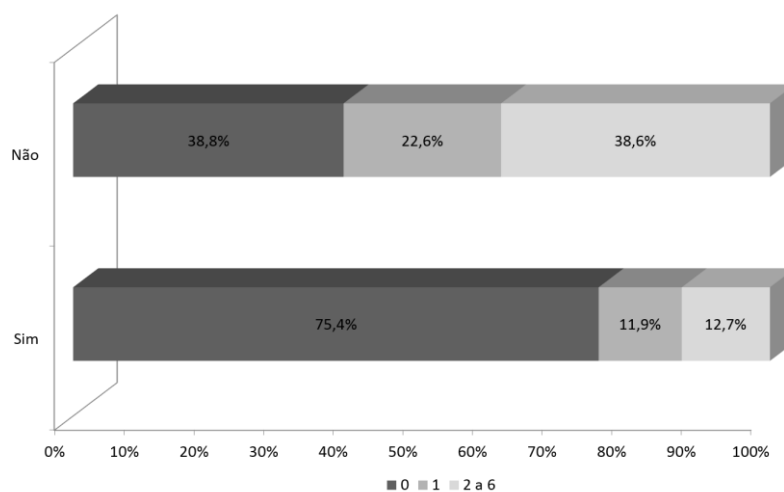
não uma despesa extra: 75% dos que podem pagar não identificaram qualquer problema de habitabilidade, por comparação a apenas 38,8% dos que não podem pagar e responderam no mesmo sentido.

Figura 8 - Número total de problemas no alojamento segundo pagamentos em atraso (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

Figura 9 – Número total de problemas no alojamento segundo a capacidade para pagamento de despesa extra sem recorrer a empréstimo (%).



Fonte: PTDC/ATP-EUR/5023/2012.

Embora não detenhamos dados que remetam para uma evolução diacrónica destes indicadores, é de crer que estas disparidades se tenham acentuado com o decorrer da atual crise económico-financeira. De qualquer modo, é muito claro que estes se relacionam com dimensões estruturais de desigualdade, que teimam em persistir na sociedade portuguesa.

Como foi demonstrado ao longo da análise anterior, verifica-se uma relação entre diferentes tipos de vulnerabilidade social, económica

e habitacional. Utilizando a tipologia definida pelo sociólogo Therborn (2006), podemos dizer que se estabelece uma relação entre distintas componentes das desigualdades de recursos. Tendo em conta a persistência estrutural das desigualdades em Portugal, como se referiu no ponto teórico, não será muito abusivo avançar com a hipótese de que esta relação detém um carácter sistémico que pode estar a ser agravado com o impacto da atual crise económico-financeira. Para esta hipótese ser ple-

namente testada, teríamos de efetuar uma análise diacrónica sobre as variáveis identificando a sua evolução nos últimos anos. Dado que não dispomos dessa informação, visto que se está a trabalhar sobre dados de um inquérito aplicado somente em 2013/14, é possível, de qualquer modo, construir um pequeno modelo estatístico do qual se poderá inferir algumas tendências relacionais.

Para tal, iremos elaborar uma regressão logística binária na qual se tentará medir a predição de uma série de variáveis independentes sobre a capacidade de assegurar uma despesa extra no valor de 415 euros. Ou seja, tentar-se-á perceber o sentido e a determinação estatística entre a posse desigual de um conjunto de recursos sobre a vulnerabilidade monetária declarada, na impossibilidade de se fazer face a uma dada despesa. De maneira a potenciar as possibilidades estatísticas e analíticas, procedemos a uma dicotomização das variáveis utilizadas de forma a captar as polaridades mais vincadas⁸.

O modelo com os diversos preditores é estatisticamente significativo para prever a capacidade de pagar uma despesa extra e cerca de 27% (Nagelkerke de 0,274) da variação sobre essa capacidade é explicada pelo modelo⁹. Em termos de predição, este lê-se da seguinte forma: o coeficiente de regressão (*logged odds*) da capacidade para pagar uma despesa extra cresce 0,860 nas pessoas que vivem em casa própria e decresce -1,188 nos que identificam problemas de habitabilidade nos seus alojamentos e assim sucessivamente (ver quadro 2).

Tendo em conta estes parâmetros estatísticos, depreende-se um efeito preditor entre a posse diferenciada de recursos e a vulnerabilidade face a despesas inesperadas. Isto é particularmente visível na relação determinada pelos fatores habitacionais (condições de habitabilidade e posse de casa própria pelo próprio ou familiar). Isto é, o modelo de regressão

logística confirma a análise estatística anterior, onde se salientou precisamente que as questões de ordem habitacional representam um dos aspetos mais determinantes que estão associados a outros tipos de vulnerabilidade, nomeadamente de ordem financeira. Aliás, o seu efeito de predição é mais elevado quando comparado com outras variáveis independentes como, por exemplo, o uso habitual de transporte particular nas deslocações quotidianas. Na verdade, se este uso representa, de facto, a posse de um recurso privilegiado perante a mobilidade diária, ele pode, simultaneamente, significar em muitos casos um constrangimento devido à maior carência de transporte público na área de residência, e não uma opção que derive de uma situação económico-financeira mais vantajosa.

Se encararmos os efeitos de predição como tendências, estes resultados tornam-se particularmente preocupantes no atual contexto, na medida em que sugerem que, com a continuidade da crise e a consequente probabilidade de aumentar a incapacidade de fazer face a despesas, pode depreender-se a prazo um agravamento nas condições de habitabilidade que devido a dificuldades financeiras não poderão ser devidamente resolvidas pelos particulares. Ou seja, o património habitacional da AML pode conhecer uma degradação progressiva se as atuais condições socioeconómicas dos seus residentes não melhorarem entretanto. Isto é particularmente notório nos alojamentos em regime de arrendamento ou sub-arrendamento. O efeito preditor também é preocupante no que diz respeito a quem está na situação de desempregado, mais exposto às vulnerabilidades económico-financeiras, em detrimento das pessoas que detêm ensino superior (menos vulneráveis ao desemprego, apesar dos sinais de esbatimento desta garantia com a atual crise) e pertencem às classes mais favorecidas (EDL e PTE). Dito de outro modo, são as pessoas menos escolarizadas e as que se encontram no desemprego aquelas que não só sofrem mais com o impacto da crise, como dificilmente conseguirão sair de um ciclo regressivo de vulnerabilidades acumuladas¹⁰.

⁸ As variáveis utilizadas foram dicotomizadas: capacidade para pagar despesa extra com o valor 1 e 0 para os restantes; casa própria; problemas de habitabilidade; pertença às classes dos EDL ou PTE; tem ensino superior; situação de desempregado; uso habitual de automóvel.

⁹ O modelo classifica corretamente 73% dos inquiridos e não se encontraram entre as variáveis problemas de multicolinearidade (VIF <5 e Tolerance >0,2). Para além disso, o Omnibus Tests apresenta um resultado <0,001. Quando às medidas de análise dos resíduos, não existem valores acima de 1 na medida Cook's distance; o Leverage values não apresenta valores 2 a 3 vezes superiores à média (0,004666); e não existem valores absolutos superiores a 1 nos DfBeta(s).

¹⁰ Este dado tem sido comprovado por outras análises (cf. INE, 2014b).

Quadro 2 – Capacidade para pagar despesa extra: fatores determinantes (regressão logística).

Variáveis preditoras	<i>Capacidade para pagar despesa extra</i> <i>Coefficiente de regressão (Odds ratio)</i>
Casa própria	0,860**
Problemas de habitabilidade	-1,188**
EDL e PTE	0,729**
Ensino superior	0,691**
Uso de automóvel	0,413*
Desempregado	-,828**
Constante	0,221
X ₂ model	334,580
Nagelkerke R ²	0,274

**< 0,001 *<0,01

Fonte: Autores

6. CONCLUSÃO

Na linha de investigações desenvolvidas anteriormente, este artigo pretendeu demonstrar o caráter relacional e sistémico das desigualdades, incluindo, para o efeito, alguns recursos habitualmente não contemplados no estudo destas matérias e que tendem a focar e a realçar a questão da distribuição assimétrica dos rendimentos. Admitindo a importância do rendimento como uma dimensão incontornável, considerámos no entanto outras componentes fundamentais, como é o caso dos problemas residenciais e de habitabilidade no contexto territorial da AML, tanto no que diz respeito ao local de residência, como às condições físicas dos alojamentos.

Por um lado, constatou-se que apesar da satisfação geral em relação ao sítio onde residem, uma parte importante dos inquiridos refere a existência de problemas de habitabilidade que afetam a sua qualidade de vida. Verificou-se, por outro lado, uma relação entre este tipo de vulnerabilidade e a dificuldade em fazer face a despesas de um determinado valor. O modelo estatístico de regressão logística apresentado no final confirma, em parte, essa relação entre as desigualdades de recursos e um conjunto de vulnerabilidades cumulativas. Deste modo, surge como preocupante a situação de vulnerabilidade dos desempregados em detrimento dos que detêm curso superior e/ou

pertencem às classes sociais mais favorecidas. Aliás, como tem sido demonstrado por diversos estudos, o elevado nível de escolaridade ainda representa em Portugal uma proteção face a situações de maior vulnerabilidade social. Como o modelo estatístico assentou numa lógica de predição (e não de causalidade) das variáveis independentes sobre a incapacidade de pagar despesas eventuais, depreende-se a prazo um agravamento destas tendências se a crise continuar a provocar uma precarização acelerada das condições de vida, como vem acontecendo nos anos mais recentes em certos grupos sociais.

Neste artigo afluíramos a questão da habitação como tema central no estudo sobre desigualdades. Como o próprio subtítulo do artigo sugere, as desigualdades em tempos de crise são desigualdades acentuadas em geral e agravadas nas condições de habitação em particular. No entanto a nossa análise teve por base um conjunto restrito de variáveis que resultaram da aplicação de um inquérito por questionário aos residentes da AML. Esta limitação não obstaculizou uma análise rigorosa e atenta à recente conjuntura social e económica. De qualquer modo, trata-se de um eixo de investigação que necessita de ser incrementado no futuro, de maneira a compreender melhor os mecanismos relacionais e sistémicos, produtores de vulnerabilidades e de desigualdades sociais.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Paula (1994), “Habitação: a produção de um conceito”, *Sociedade e Território*, 20, pp.110-116

Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais

Ascensão, Eduardo (2013), “Following engineers and architects through slums: the technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape”, *Análise Social*, 206, xlviii (1º), pp. 154-180

Baptista, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta

Baptista, Luís Vicente (2001), “Cidades e Políticas Sociais de Habitação. Armadilhas conceptuais e metodológicas”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 3: pp. 71-81

Bourdieu, Pierre, e Rosine, Christin (1990), “La construction du marche. Le champ administratif et la production de la politique du logement”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 81/82, pp. 65-85

Cachado, Rita d’Ávila (2012), *Uma Etnografia na Cidade Alargada. Hindus da Quinta da Vitória em Processo de Realojamento*, Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian

Cachado, Rita (2013), “O Programa Especial de Realojamento: Ambiente histórico, político e social”, *dossiê Políticas de Habitação em Portugal. Os Planos e as Práticas Revisitados*, *Análise Social*, 206 (XLVIII), pp. 135-152

Cantante, Frederico (2014), “Desigualdades económicas multi-escalares: Portugal no contexto global”, *Análise Social*, Vol. XLIX (3.º), pp. 534-566

Carmo, Renato Miguel do, e Santos, Sofia (2014), *Social Capital and Socio-demographic Changes: From Non-differentiation to Multifocalisation*, *Sociologia Ruralis*, 54 (2), pp. 186-205

Carmo, Renato Miguel do, e Nunes, Nuno (2013), “Class and social capital in Europe: a transnational analysis of the European Social Survey”, *European Societies*, 15 (3), pp. 373-387

Carmo, Renato Miguel do (org.) (2013), *Portugal, uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*, Lisboa, Edições

70/Le Monde Diplomatique (Edição Portuguesa)

Carvalho, Jorge (2013), “Ordenamento do Território e Política de Habitação: que caminhos para Portugal?”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº32, pp.79-83

Castells, Manuel (1973), *La Question Urbaine*, Maspero, Paris

Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Lisboa, Celta Editora

Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís, e Almeida, João Ferreira de (2009), “Social classes and educational assets. Atransnational analysis”, in Costa, António Firmino da, Machado, Fernando Luís e Ávila, Patrícia (orgs.), *Portugal in the European Context*, vol. II *Knowledge and Society*, Lisboa, Celta Editora, pp. 5-20

Engels, Friedrich (1984 [1887]), *Para a Questão da Habitação*, Lisboa, Edições Avante

Ferreira, António Fonseca (1988), “Política(s) de habitação em Portugal”, *Sociedade e Território*, 6, pp. 54-62

Ferreira, António Fonseca (1994), “Habitação social: lições e prevenções para o PER”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 8-10

Fonseca, Maria Lucinda (1990), *População e Território. Do país à área metropolitana*, *Memórias 14 Centro de Estudos Geográficos*, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana Lisboa, FLUL, Lisboa, INIC

Freitas, Maria João (1990), *Satisfação Residencial e Atitudes Face ao Realojamento. Estudo de uma amostra de indivíduos residentes no Bairro do Relógio*, Lisboa, LNEC

Freitas, Maria João (1994), “Os paradoxos do realojamento”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 26-34

Freitas, Maria João (2001), “Recentramento do olhar nas questões da habitação. Territórios relacionais generativos”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, 3, pp. 21-39

Gans, Herbert (1968), *People and Plans. Essays on Urban Problems and Solutions*, Middlesex, Penguin Books

Gros, Marielle Christine (1994), “«Pequena» história do alojamento social em Portugal”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 80-90

Gros, Marielle Christine (1998), Espaço Residencial e modo de vida. Contributos da sociologia para a reabilitação de uma área urbana degradada, Tese de doutoramento, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Aveiro, Universidade de Aveiro

Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território*, 20, pp. 11-16

Guerra, Isabel (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, pp.165-181

Guerra, Isabel (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, *Sociedade e Território*, 25/26, pp. 118-128

Guerra, Isabel, Pinto, Teresa Costa, e Moura, Dulce (2001), “Políticas de habitação. À procura de novas problemáticas”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 3, pp. 53-69

Hannerz, Ulf (1969), *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community*, New York, Columbia University Press

INE (2012), “Parque Habitacional em Portugal – Evolução da última década 2001-2011”, http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=149156177&DESTAQUESmodo=2

INE (2014a), “Estatísticas da Construção e Habitação, 2013”- http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210767143&PUBLICACOESmodo=2

INE (2014b), *Tipologias socioeconómica das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística

Lefebvre, Henri (1968), *Le Droit à la Ville*, Paris, Éditions Anthropos

Maia, Hugo, Freitas, Maria João, e Faísca, Luís (1992), Contributos para o estudo das representações sociais da pobreza em meio urbano, ITECS 18, Lisboa, LNEC

Machado, Fernando Luís, e Costa, António Firmino (1998) Processos de uma modernidade inacabada, mudanças estruturais e mobilidade social, in Viegas, José Manuel; Costa, António Firmino (Orgs.), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44

Milanovic, Branko (2011), *The Haves and the Have-Nots. A Brief and Idiosyncratic History of Global Inequality*, New York, Basic Books

Miranda, Daniel, e Babo, Elisa (2013) “Estratégias de Habitação nos Processos de Reabilitação Urbana: O Caso do Programa

Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº32

Nico, Magda (2014), “Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII, pp. 103 – 127

Nunes, João Pedro Silva (2011), *Florestas de Cimento Armado. Os Grandes Conjuntos Residenciais e a Constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Pereira, Raul da Silva (1963), “Problemática da Habitação em Portugal – 1”, *Análise Social*, vol. I (1), pp. 33-66

Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, 127, pp. 509-524

Pereira, Virgílio Borges, e Queirós, João (2012), *Na Modesta Cidadezinha: génese e estruturação de um bairro de casas económicas do Porto [Amial, 1938-2010]*, Porto, Afrontamento, Coleção O Estado, a Habitação e a Questão Social na Cidade do Porto, Vol. 1

Piketty, Thomas (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press

OCDE (2011), *Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising*, Paris, OECD Publications.

Pinto, José Madureira (2012), “Instituições, disposições e práticas. O caso da produção de habitação”, in Veloso, Luísa, e Carmo, Renato Miguel do (orgs.), *A constituição social da economia*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 81-121

Queirós, João (2013), “Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia”, *Análise Social*, 206, XLVIII, pp. 102-133

Rodrigues, Carlos Farinha (coord.), Figueiras, Rita, e Junqueira, Vítor (2012), *Desigualdade Económico em Portugal*, Lisboa, FFMS.

Salgueiro, Teresa Barata (1985), “A habitação na Área Metropolitana de Lisboa”, *Sociedade e Território*, 3, pp. 54-66

Santos, Sofia (2014), “Desigualdades socio-territoriais e mobilidade geográfica: um retrato da Área Metropolitana de Lisboa”, *CIES e-Working Paper*, Nº 195/2014, Lisboa, CIES-IUL, 28 p. (ISSN 1647-0893; Disponível em:

http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP195_Santos.pdf

Silva, Carlos Nunes (1994), “Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, 127, pp. 655-676

Soczka, L., Freitas, Maria João; Machado, P.; Boavida, E. (1988), *Levantamento sócio-demográfico da população residente na área de intervenção do Plano Geral de Urbanização do Alto do Lumiar e Respectivas Condições Habitacionais*, Lisboa, LNEC-MOPTC

Spicker, Paul; Booth, Charles (1990), “The Examination of Poverty”, *Social Policy and Administration*, 24 (1), pp. 21–38

Stiglitz, Joseph E. (2012), *The Price of Inequality*, Nova Iorque, W. W. Norton

Suttles, Gerarg (1968), *The social order of the slum*, Chicago, University of Chicago Press

Therborn, Göran (ed.) (2006), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, Londres, Verso

Wilkinson, Richard; Pickett, Kate (2010), *O Espírito da Igualdade. Por que Razão Sociedades mais Igualitárias Funcionam Quase Sempre Melhor*, Lisboa, Editorial Presença

Wirth, Louis (1997 [1939]), “O urbanismo como modo de vida”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização*, Oeiras, Celta, 45-65.